



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA CRMV-RJ Nº 51/2015.

EMENTA: Designa Fiscal de Contrato e dá outras providências;

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CRMV/RJ), no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

CONSIDERANDO, que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Assessor **ANDRÉ SIQUEIRA GONÇALVES** para atuar como Fiscal do contrato de prestação de serviços celebrado entre o CRMV-RJ e a empresa Souza Guerra Advogados.

Art. 2º. O representante designado terá as seguintes atribuições:

- I. Verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos, consoante o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993.
- II. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
 - a. O referido registro pode ser livro de capa dura, caderno, folhas impressas em computador, ou qualquer outro meio de anotação que possam ter folhas numeradas, rubricadas, datadas e assinadas pelo representante da Administração e preposto do contratado.
- III. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 3º. O representante designado deverá:

- I. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, com vistas a ter condições para identificar todos os problemas, que, porventura, vierem surgir durante a execução do contrato.
- II. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2015.

Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo
Presidente - CRMV-RJ nº 3562